



# **Prefeitura Municipal de Monte Carmelo**

ADM. 2017/2020

## **JULGAMENTO DE RECURSO**

**Objeto** – Impugnação ao edital – Pregão Eletrônico n°. 49/2020

**Recorrente** – Lukauto Comercio

**Autoridade encarregada do Julgamento** – Comissão de Licitação

## **RELATÓRIO**

**LUKAUTO COMERCIO**, já devidamente qualificada, impetrou o presente **RECURSO**, questionando os itens do edital – PREGÃO n°. 49/2020, vez que de acordo com o Recorrente, o mesmo não atende os requisitos legais, sugerindo mudanças no edital a fim de evitar futuras nulidades.

Por fim pede que o presente recurso seja considerado procedente, para que seja alterado o edital.

## **DA FUNDAMENTAÇÃO**

A impugnante alega que o edital merece reforma quanto ao prazo de entrega das mercadorias, vez que de acordo com a empresa tal prazo fere o princípio da isonomia e razoabilidade, princípio insculpidos na constituição federal.

Pois bem. O item que a Recorrente sugere alteração, está devidamente justificado no processo licitatório, e tal fato, não limita a competitividade do certame.



# **Prefeitura Municipal de Monte Carmelo**

ADM. 2017/2020

Mesmo porque a Administração Pública dentro do seu poder de discricionariedade, deve buscar o maior número de concorrentes para integrarem o procedimento licitatório e favorece-la com o menor valor ofertado, pois estamos tratando de dinheiro público.

No edital impugnado, além de atender todos os anseios da Prefeitura de Monte Carmelo, estão contempladas todas as hipóteses legais e prevendo a maior competitividade para empresas do ramo, para que não haja futuras nulidades.

**Isso porque, a exigência apontada no edital torna-se vantajoso para a Administração Pública em razão da rápida aquisição de materiais de construção, evitando-se a paralisação de obras acaso deferido prazo superior a 2 dias.**

Assim sendo, entendemos, que o item 5.2 do TR não atrapalha a competitividade e economicidade para administração pública.

Sendo assim, não merece provimento o presente apelo, pois o interesse público deve prevalecer sobre o privado.

## **DA DECISÃO**

Diante do exposto, nega-se provimento a presente Impugnação, tendo em vista os fundamentos lançados acima.

Monte Carmelo-MG, 01 de julho de 2020.

**ISCLERIS WAGNER GONÇALVES MACHADO**  
**Pregoeiro**